

**O ENSINO DO LATIM NO PROJETO MISSIONÁRIO
DOS JESUÍTAS DURANTE A COLONIZAÇÃO
PORTUGUESA NO BRASIL⁵⁸**

José Mario Botelho (FFP-Uerj)
jomartelho@gmail.com

RESUMO

Considerando uma análise sob a perspectiva da Historiografia, este trabalho objetiva refletir sobre o ensino da língua latina praticado pelos missionários jesuítas no Brasil seiscentista. As bases do ensino do latim, que foram fixadas no século XVI, aprofundam-se no meado do século dezessete, e, a partir de um processo de elitização por que passou a educação do país, deu-se a formação da identidade colonial brasileira. De fato, o latim quinhentista no Brasil do século XVI ocorria para fins diversos, mas foi principalmente utilizado como instrumento de integração da cultura eclesiástica e acadêmica europeia ultramarina à colonização portuguesa no Brasil.

Palavras-chave:

Elitização colonial. Ensino do latim. Projeto missionário jesuítico.

SOMMARIO

Considerando un'analisi da una prospettiva storiografica, questo lavoro si propone di riflettere sull'insegnamento della lingua latina praticato dai missionari gesuiti nel Brasile del XVII secolo. I fondamenti dell'insegnamento del latino, stabiliti nel XVI secolo, furono ulteriormente sviluppati a metà del XVII secolo e, da un processo di elitizzazione che l'istruzione del Paese subì, ebbe luogo la formazione dell'identità coloniale brasiliana. Infatti, il latino nel Brasile del XVI secolo fu utilizzato per vari scopi, ma principalmente come strumento per integrare la cultura ecclesiastica e accademica europea d'oltremare con la colonizzazione portoghese in Brasile.

Parole chiave:

Elitizzazione coloniale. Insegnamento del latino. Progetto missionario gesuita.

1. Introdução

A história da educação no Brasil está intimamente ligada à educação jesuítica do início da colonização portuguesa no país. E fez parte do projeto dessa empreitada portuguesa, iniciada no meado do século XVI, a valiosa prática educativa de missionários jesuítas. O Pe. Manoel de Nóbrega e mais cinco padres jesuítas chegaram às

⁵⁸ Este texto é uma adaptação em português do artigo “Il latino in Brasile nel XVI secolo: Una prospettiva storiografica sull'insegnamento dei gesuiti nel progetto missionario durante la colonizzazione portoghese”, publicado em *Lingue antiche e moderne*. Rivista accademica edita dall'Associazione laureate/i in lingue e letterature straniere (ALL) dell'Università degli Studi di Udine, no 14, Udine-It, 2025.

terras brasílicas em 1549 com um projeto pedagógico, idealizado pela Companhia de Jesus, que tinha como base o método educacional *Ratio Studiorum*, de 1599.

A ação desses missionários se desenvolvia à medida que os colonizadores se fixavam na costa brasílica. Atendendo às necessidades dos colonizadores no processo de fortalecimento do domínio português no território brasileiro, desempenharam os jesuítas um papel fundamental: o de mediador linguístico-cultural entre os portugueses e os originários das terras brasílicas. Isto porque os colonizadores se depararam com inúmeras nações indígenas, cujas línguas eram diversas, o que impossibilitava a comunicação entre eles. Como nem os nativos nem os portugueses eram capazes de aprender as respectivas línguas, coube aos jesuítas essa responsabilidade linguística, já tendo eles a precípua missão de evangelizar os gentios. Logo, alfabetizar os indígenas em língua portuguesa tornava-se um dos aspectos essenciais à consecução do projeto pedagógico da Companhia de Jesus nas terras brasileiras.

Porém, a variedade de línguas nativas com que se depararam os jesuítas fez com que eles sentissem a necessidade de aprender aquelas línguas para que se pudesse dar início à alfabetização e, consequentemente, à catequização dos gentios. Só assim poderiam ser capazes de cumprir os objetivos da Coroa portuguesa em si.

De fato, a ação missionária, como projeto colonial, que atuou como intermediadora entre os povos indígenas e o colonizador europeu, não só representava os interesses da Companhia de Jesus na expansão da fé cristã católica, mas também a extensão da tradição universitária portuguesa quinhentista. Esta tradição, iniciada com a instalação da Universidade de Coimbra por D. João III, incentivava e influenciava a fundação de Colégios jesuíticos no Brasil colonial. Esses Colégios funcionariam como centros irradiadores da filosofia cristã e da cultura clássica de tradição erudita renascentista, que estava relacionada também com o uso acadêmico e literário do latim (Cf. Kaltner, 2016). Esse latim quinhentista, no Brasil do século XVI, ocorria para fins diversos, mas foi principalmente utilizado como instrumento de integração da cultura eclesiástica e acadêmica europeia à colonização portuguesa no Brasil.

As atividades pedagógicas dos missionários jesuítas iniciaram-se em 1549 com o início do Governo-Geral de Tomé de Souza, mas só se destacaram a partir do Governo-Geral de Mem de Sá, o terceiro a ocupar o cargo. Inicialmente, os primeiros jesuítas visitavam as aldeias e tentavam comunicar-se com os indígenas, que, de modo geral, tinham interesse, mas não conseguiam entender os padres, que também nada entendiam das variadíssimas línguas da terra. Mais tarde, quando aprenderam a língua-base da região (que os jesuítas entendiam ser o tupi), deram início a desejada alfabetização dos curumins; criaram-se, assim, as primeiras casas de ensino das letras, que se podem nomear de “casas de bê-a-bá” ou “casas de meninos”. Eram casas de taipa com cobertura de palha, que também serviam de abrigo para os alunos, os padres e os irmãos.

Já no final de 1549, os jesuítas começaram a erguer o que viriam a ser os Colégios dos Meninos de Jesus. Em 1950, inauguram, em Salvador, o Colégio da Ba-

hia⁵⁹, que mais tarde passou a ser o Colégios dos Meninos de Jesus da Bahia; em 1554, fundaram o Colégio dos Meninos de Jesus de São Paulo, em Piratininga; e em 1568, o Colégio dos Meninos de Jesus de Pernambuco, em Olinda. Nesses Colégios, que se apoiavam no *Ratio Studiorum*, desenvolviam-se os estudos da língua sagrada, o latim; desenvolviam-se, portanto, as *Divinae Litterae* e as *Humanae Litterae*, sendo a língua grega substituída pelo tupi, que era a base da língua geral, que era o meio de comunicação de todos os habitantes da Colônia.

Os Colégios dos jesuítas, sob as orientações do *Ratio*, constituíam, assim, o berço da formação intelectual clássica e da formação moral e religiosa na Colônia. Nesse contexto, o latim passava a ser o eixo condutor da educação colonial, que se formava nos cursos de Filosofia e Ciências e no de Teologia e Ciências Sagradas.

Portanto, este estudo contextualiza as atividades pedagógicas dos missionários jesuítas e destaca o importante papel da língua latina na formação intelectual e cultural da sociedade do Brasil colonial, porquanto lança luz sobre o legado duradouro da educação jesuítica que se desenvolveu no país.

5. O que foi o método educacional *Ratio Studiorum*, de 1599

O *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, que normalmente aparece em forma abreviada como *Ratio Studiorum*, é um tipo de coletânea, baseada nas experiências de religiosos do Colégio Romano (escola criada por Santo Inácio de Loyola em 1551), ao qual foram adicionadas observações pedagógicas de outros tantos colégios da época. Com o objetivo de orientar rápida e eficazmente os jesuítas pedagogos sobre a natureza, a extensão, a aplicabilidade e as obrigações da docência, o *Ratio* servia como um verdadeiro manual de conduta para aqueles missionários.

⁵⁹ Não há uma unanimidade em relação à data de fundação do Colégio Jesuítico da Bahia, pois alguns historiadores informam que seria em 1553, outros informam que seria em 1554. O que de fato temos é a seguinte informação em uma carta de 1551, que o Pe. Navarro enviou de Salvador:

Achei alguns [moços gentílicos] aqui mui habiles e de tal capacidade que bem ensinados e doutrinados podiam fazer muito fruto em a gentildade, para o que temos muita necessidade de um collegio nesta Bahia (22) para ensinar os filhos dos índios, e alguns temos e nos dariam mais si tivéssemos possibilidade para os recolher e sustentar, que a terra por ser novamente povoada ainda não pode fazer. Na mão de El-Rei Nosso Senhor está leval-o ao cabo e ajudar-nos para que lhe demos fim, porque já o temos começado, e sem sua ajuda parece impossível acabar-se e muito mais folgariamos que elle próprio o mandasse fazer para ficarmos mais livres e desoccupados para o espirital. [sic] (Navarro, 1931 [1551], p. 72)

Também a outra carta de Pe. Luiz da Grã a Santo Inácio, da Bahia, de 27 de dezembro de 1553:

Agora numa nau que veio do Reino veio duas cartas de El-Rei uma para o Governador e outra para o Bispo, encomendando-lhes que dêem ordem a que se faça nesta cidade um Colégio ao modo de Lisboa. Não se tomou por ora determinação nisso por esperar pelo P. Manoel de Nóbrega. (Luiz da Grã, 1553 *apud* Leite, 1938, p. 167-8)

Era crescente a quantidade de colégios, confiados à Companhia de Jesus (Ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris), cujos membros eram os jesuítas, e o *Ratio Studiorum* surgiu com a necessidade de unificar o procedimento pedagógico dos jesuítas diante de tal situação. Constituiu-se, pois, numa sistematização da pedagogia jesuítica, já que continha 467 regras, que versavam sobre todas as atividades dos agentes ligados ao ensino. O *Ratio* ainda recomendava que o jesuíta docente nunca se afastasse do estilo filosófico aristotélico e dos preceitos teológicos de Santo Tomás de Aquino, *i.e.*, do tomismo – sistema filosófico e teológico que se caracteriza pela busca da harmonia entre a razão e a fé.

Em 1584, o superior geral da Ordem Jesuíta, o Padre italiano Claudio Aquaviva, nomeara uma comissão para codificar as observações que tinham sido reunidas em Roma. Do anteprojeto que essa comissão redigiu em 1586, surgiu o texto do *Ratio Studiorum*, que a Companhia de Jesus promulgou em 1599.

Figura 1: 1ª Capa do *Ratio Studiorum*.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ratio_Studiorum#/media/Ficheiro:Ratiostudiorum.jpg.

Embora contenha trinta conjuntos de regras e a orientação para diversos procedimentos didáticos, o *Ratio* não foi planejado para ser propriamente um método pedagógico; fora planejado para ser diretrizes de organização das funções e dos procedimentos das instituições educacionais jesuíticas, de modo que as atividades pudessem ser bem definidas e que as responsabilidades ficassem claras para todos os envolvidos. Por isso, o *Ratio* tratava dos mais variados assuntos, indicados para os provinciais, reitores, prefeitos de estudos e professores das diversas matérias dos colégios. Apresentavam-se também os níveis de ensino: as Humanidades ou Ciências humanas serviam aos estudos inferiores e a Filosofia e Teologia, aos estudos superiores.

O currículo educacional do *Ratio* propunha uma educação dividida em três tipos de formação: a de Letras Humanas, a de Filosofia e Ciências e a de Teologia e Ciências Sagradas. Havia, também, um curso de um biênio para a formação de docentes para atuarem nas universidades. Aquele primeiro tipo de formação alicerçava-se nas línguas clássicas – latim e grego –, com aulas de gramática, humanidades e

retórica. A duração desse período era de, aproximadamente, cinco anos, com a possibilidade de se estender de acordo com as necessidades dos estudantes. A segundo era dividido em 3 anos: no primeiro ano, estudar-se-ia Lógica; no segundo ano, estudar-se-iam Física, Matemática, Geografia e Astronomia; e terceiro e último ano, Psicologia, Metafísica e Ética. O terceiro tipo de formação se dedicava à religião, com duração de quatro anos.

No Brasil, o plano era praticamente o mesmo, sendo o ensino de grego substituído pelo ensino da língua geral missionária⁶⁰ (criada pelos jesuítas, *i.e.*, o “tupi missionário”), de natureza tupinambá, que tornava mais fácil a catequização dos gentios. Mattos e Silva (2004) faz a seguinte observação:

Segundo ele (Câmara Jr.), os jesuítas, baseando-se no tupi (língua falada pelas populações indígenas da costa brasileira, composta por dialetos muito semelhantes), constituíram uma língua de comunicação – a língua geral – para ser usada como língua de catequese. A língua geral, o tupi missionário, caracterizava-se como um tupi despojado de “seus traços fonológicos e gramaticais mais típicos para se adaptar à consciência linguística dos brancos e o português nela atuou assim, impressivamente, como ‘superestrato’.”: Câmara Jr. (1963:76). (Mattos e Silva, 2010, p. 97)

Quando chegaram à Bahia em 1549, juntos com Tomé de Souza⁶¹, o primeiro Governador-Geral do Brasil colonial, os padres jesuítas, sob o comando do Pe. Manoel de Nóbrega, criaram as primeiras casas de ensino das letras, conhecidas como “casas de bê-a-bá”. Iniciou-se, assim, a educação escolar na colônia. Nessas casas, os padres jesuítas desenvolviam o seu projeto de catequização e alfabetização dos índios e dos colonos da região.

Os jesuítas do Brasil não tinham mosteiros como as demais ordens religiosas e não tinham a ajuda direta da Coroa de Portugal; eles fundaram os seus colégios, que lhes serviam de residência e ambientes, onde ministravam as suas aulas.

Mais tarde, a Companhia de Jesus precisou ampliar seus espaços para melhor desenvolver o seu projeto educacional e atender melhor, principalmente, a elite, que também era educada pelos padres jesuítas. A Companhia inaugurou, inicialmente, três colégios que a Coroa portuguesa patrocinou. Mais tarde, ainda fundaram mais seis colégios e quatro seminários para a formação de novos membros da ordem até 1759.

O crescimento do número de colégios na Colônia, que no século XVII já eram onze, além dos colégios menores e as escolas de meninos, facilitou a atuação

⁶⁰ Língua criada pelos jesuítas, que dos dialetos comuns do tupi “tiraram os jesuítas um tanto pelo modelo ocidental uma língua de comunicação (a língua geral), que foi posta a serviço da catequese e passou a servir de meio de intercuro entre os indígenas e os brancos”, como destaca Câmara Jr. (1975 [1963], p. 76).

⁶¹ Primeiro Governador-Geral do Brasil. Desembarcou na Bahia, trazendo colonos, jesuítas funcionários e Regimento. Fundou Salvador, construindo as edificações necessárias para o funcionamento da cidade e fez dela a capital daquele Brasil-Colônia.

dos jesuítas, que desenvolviam a política adotada pelo Pe. Nóbrega já no século XVI, como observa Ferreira Jr. (2010):

Assim, a evangelização jesuítica teria fracassado não fosse a proposta econômica formulada por padre Manuel da Nóbrega, pois as casas de bê-á-bá e os colégios demandavam a existência de uma base material de sustentação. Nóbrega partia do pressuposto de que não seria possível manter as casas de bê-á-bá apenas com as esmolas arrecadadas entre os colonos, já que o processo de montagem da empresa agrícola colonial exigia uma considerável quantidade de capital inicial. Assim, ele reivindicou que a Coroa portuguesa repassasse uma fração dos dízimos, a redízima, para a Companhia de Jesus como forma de financiamento da missão evangelizadora dos “brasis”. Além disso, passou a solicitar de forma sistemática que o Rei de Portugal cedesse terras (sesmarias), “negros da Guiné” e gado para garantir o consumo material das “casas de meninos. (Ferreira Jr., 2010, p. 21)

Como se pode observar na citação acima, os jesuítas solicitavam recursos à Coroa para financiar a construção e a manutenção de novos colégios. Também, incentivavam a escravidão de africanos, procurando, com isso, evitar que os índios fossem escravizados pelos colonos. Podendo, assim, levar avante o seu projeto missionário de catequese e de integração da cultura eclesástica e acadêmica europeia ultramarina à colonização portuguesa no Brasil, sobretudo, para moldar a identidade colonial brasileira. De fato, aqueles missionários concluíram que a proposta inicial de catequese à semelhança daquela praticada nas naus e nas terras europeias para resgate dos hereges, não funcionava com os gentios. Portanto, fora “necessário inverter as prioridades: primeiro transformar ou suprimir a cultura indígena, para depois ensinar a doutrina” (Hilsdorf, 2011, p. 7).

Logo, naquela complexa dinâmica linguística e cultural do Brasil colonial, desenvolveu-se o legado duradouro da educação jesuíta sob o amparo do *Ratio Studiorum*, que proporcionou uma verdadeira interação entre língua e cultura na formação da sociedade colonial.

Em síntese, pode-se dizer que o *Ratio Studiorum* preceituava a formação intelectual clássica, estreitamente vinculada à formação moral e religiosa, já que explicitava detalhadamente as modalidades curriculares, além de orientar os jesuítas docentes em seu mister. Até o historiador protestante alemão Friedrich Paulsen (1846–1908) destacou a importância e a eficácia do *Ratio Studiorum*, como observa Franca (1952):

Que o *Ratio Studiorum* tenha sido elaborado com grande sabedoria e diligência invulgar é o que não se pode pôr em dúvida. Nem tampouco é possível contestar que, no seu conjunto, o seu plano de estudos se adapta bem às exigências do tempo; tudo o que tinha um valor no mundo científico do século XVI foi nele levado em consideração. Não duvido tampouco, que pela organização escolar, a Ordem tenha promovido eficazmente a difusão da cultura intelectual, e, em particular, o conhecimento das línguas clássicas nos países católicos, onde os jesuítas eram os mestres mais instruídos e mais zelosos. (Paulsen *apud* Franca, 1952, p. 55-6)

Pode-se dizer que o *Ratio Studiorum* regimentou a educação no Brasil-Colônia, pois a sistematizou e deu condições para que o ensino–aprendizagem se efetivasse com eficácia, considerando aquele *status quo*. E isso pode ser considerado o maior mérito do *Ratio*, como o elemento fundamental do sucesso do projeto educacional dos missionários jesuítas, que reflete ainda hoje no sistema educacional do país.

Nessa empreitada da Companhia de Jesus, o português não representava uma realidade equivalente à língua geral (língua de comunicação de todos no Brasil-Colônia) em sua força educativa. O latim, contudo, já desempenhava um papel importante na educação, principalmente nos cursos de Filosofia e Ciências e no de Teologia e Ciências Sagradas, em que se desenvolviam os estudos com as *Divinae Litterae* (Teologia) e as *Humanae Litterae* (Letras Humanas), sendo o grego substituído pela língua geral (ou tupi), como informado anteriormente.

Acerca do uso do latim⁶², a língua sagrada, o *Ratio* dava a seguinte orientação: “Zeze com diligência para que se conserve em casa o uso do latim entre os escolásticos; desta regra de falar latim não haja dispensa, exceto nos dias feriados e nas horas de recreio, a menos que, em algumas regiões, não pareça ao Provincial que, ainda nessas ocasiões, se pode conservar com facilidade o uso de falar latim” (Mesquita, 2013, p. 243). O *Ratio* também faz alusão ao uso das correspondências entre os escolásticos que deveriam escrevê-las em latim.

De acordo com *Ratio*, era muito importante e necessário que os futuros professores da Companhia se expressassem, de forma oral e escrita, na língua sagrada, que era característica fundamental do aprendizado oferecido a eles. Até mesmo na prática das artes cênicas o *Ratio* determinava o uso da língua latina.

2. O Projeto missionário dos jesuítas: A prática do ensino da língua latina, com base no método educacional *Ratio Studiorum*

Para se falar sobre o Projeto missionário dos jesuítas no Brasil e demonstrar que o latim no Brasil-Colônia, que ocorria para fins diversos, foi utilizado como instrumento didático, é necessário refletir sobre como se deu a interação entre língua e cultura na formação da sociedade luso-brasileira da época. Ou seja, é necessário refletir sobre a integração da cultura eclesiástica e acadêmica europeia ultramarina à colonização portuguesa no país.

Primeiramente, consideremos a seguinte asserção de Fávero (2021):

⁶² A Companhia de Jesus exigia dos aspirantes a jesuítas o domínio do tupi e a falta de conhecimento do latim era considerada algo de menor importância. Logo, o candidato ao Seminário tinha que ser versado na “língua brasílica”, que, nos cursos de Humanidades nos colégios jesuítas do Brasil, substituiu o grego. A Congregação Provincial de 1568 assim se expressava: “*Scire namquam linguam brasílicam videtur esse pars ut cum illis facilius possent dispertari; dummodo virtute et aliis bonis partibus sint ornati*” (Congregação Provincial, 41, p. 299 *apud* Leite, 1940. p. 563) – “Conhecer, pois, a língua brasílica parece ser parte do motivo pelo qual conseguiriam se comunicar mais facilmente com eles (os indígenas); desde que sejam adornados com virtude e outras boas qualidades” (tradução livre).

A educação jesuítica é, muitas vezes, tratada como um *continuum* de 210 anos de vigência em que se exaltam os esforços dos missionários para levar a doutrina cristã ao gentio. No entanto, é preciso ponderar a existência de certas particularidades, tendo em vista as mudanças por que passou o Brasil do século XVI ao XVIII. (Fávero, 2021, p. 202-3)

A autora faz menção ao primeiro período da educação brasileira, que pode ser dividida em dois momentos da ação dos missionários jesuítas: a) de 1549 a 1599, que compreende o chamado “período heroico”; e b) de 1599 a 1759, que compreende o período de consolidação dessa educação (Cf. Fávero, 2021, p. 202-3). A partir desse meado século XVIII começaram a perder o respeito das autoridades portuguesa e em 1759 foram expulsos do país pelo Marquês de Pombal em nome da Coroa de Portugal.

O período heroico se refere ao início das ações dos primeiros missionários, que enfrentaram imprevisíveis condições – que antecede a sistematização pedagógica, realizada pelo *Ratio Studiorum*. Nesse período, a ocorrência das diversas línguas indígenas (Aruaque, tupi, guarani, as do grupo jê, entre tantas outras) dificultava, sobremaneira, o contato com os nativos; o desafio maior era se fazer entender, porquanto os gentios não demonstravam serem capazes de entender a língua portuguesa e, certamente, nem tinham interesse nessa prática. Para estabelecer aqueles primeiros contatos, os missionários se utilizavam da mímica e da encenação, certamente sob a perspectiva da pedagogia basilica do Pe. Manoel de Nóbrega. Foram heroicos, portanto, em aprender as línguas basilicas e a valorizá-las em detrimento do ensino da língua portuguesa e da catequese, que esperavam poder colocar em prática mais tarde.

O período de consolidação, que se deu após os esforços empreendidos pelos jesuítas para estabelecer uma política educacional no Brasil-Colônia, refere-se ao sucesso da ampliação das atividades educacionais dos padres jesuítas. De fato, as esferas superiores da Companhia de Jesus empreenderam mudanças importantes, e isso também se refletiu na sociedade colonial que se formava na época, como observa Fávero (2021):

Se os primeiros cinquenta anos foram marcados por um projeto educacional baseado na pedagogia basilica de Nóbrega, o século e meio vindouro daria conta de uma ampliação na atividade educacional missionária.

Como retrospecto, deve-se ressaltar que, já nos primeiros anos observaram-se: o nascimento das “escolas de meninos”, dos primeiros “colégios” e também das políticas de língua que contemplavam o aprendizado das línguas locais (para catequizar os índios, aprioristicamente), o ensino da língua portuguesa (oral e escrita, sobretudo às crianças índias, mamelucas e filhas de colonos portugueses) e o ensino de latim, no âmbito dos colégios. (Fávero, 2021, p. 216)

As Letras Clássicas chegaram ao Brasil nos meados do século XVI, com os jesuítas que vieram com os colonizadores europeus na comitiva daquele que seria o primeiro Governador-Geral Tomé de Souza, embora a primeira missa rezada em 1500 pelo Frei Henrique de Souza, um dos integrantes da expedição cabralina, tenha sido o primeiro registro oficial da língua latina no Brasil. Em virtude do insucesso

do sistema de Capitânias Hereditárias, em 1548, instaura-se um Governo-Geral, cujo objetivo era a centralização administrativa do território na figura de um Governador-Geral, auxiliado por outros designados. Sabe-se que a colonização portuguesa teria sido efetiva a partir de 1549, com a instituição desse Governo-Geral por D. João III e com a chegada dos jesuítas, que, na administração do Governador-Geral Tomé de Souza, fundaram também os primeiros colégios do Brasil colonial (Cf. Kaltner, 2009; 2016).

Dentre os missionários que compunham a comitiva de Tomé de Souza, destaca-se o Pe. Manuel da Nóbrega, que deu início à história da educação no Brasil e à mais importante fase dessa história, não só pela empreitada em si, mas também e principalmente pelos efeitos que dessa grandiosa obra advêm na cultura e na sociedade que se formaram no Brasil. Chegaram, portanto, os missionários jesuítas, os novos colonizadores e o primeiro governador para tomar posse da terra e converter os gentios, uma vez que “a conversão era a ocupação precípua dos religiosos, que tiveram de se adaptar à nova situação para defender e propagar a fé cristã, bem como salvar e aperfeiçoar as almas” (Fávero, 2021, p. 204).

Porém, o primeiro movimento dos missionários, que era o de fazer contato *in loco* com os nativos, fora frustrante. Os incautos jesuítas adotaram, de início, a mesma prática que tinham com os europeus de pouca fé: tentavam, por meio de visitas às aldeias, convencer os gentios, os quais nem mesmo se podia persuadir. Os indígenas não conseguiam entender a linguagem dos jesuítas e esses, por sua vez, não conseguiam entender as diversíssimas linguagens dos aborígenes, já que “no vasto litoral brasileiro, predominavam diferentes tribos de índios tupis; no interior, tribos de índios guaranis” (Botelho, 2022, p. 162), além dos tapuias⁶³, que praticamente se espalharam por toda a parte. Na verdade, havia inúmeras línguas naquela pequena porção de terra brasílica. Esse multilinguismo, que não era do conhecimento dos missionários, era enorme, como observou Mattos e Silva (2011):

Ayron Rodrigues (1986:19), admitindo para a atualidade cerca de 180 línguas sobreviventes, considerou possível o dobro em 1500. Em artigo posterior (1993: 91), com base em cálculos de distribuição de línguas no passado da humanidade como um todo, faz crescer esse número para 1.175 línguas. Antônio Houaiss (1985:100) admite verossímil o montante de 1.500 línguas”. Entre esses limites díspares – 360 a 1.500 línguas –, o fato é que os colonizadores portugueses se encontravam com a Babel, imagem recorrente nos escritos de Pe. Antônio Vieira, que aqui viveu durante o século XVII, referindo-se ele, sobretudo, ao Maranhão e Pará, à Amazônia, portanto. (Mattos e Silva, 2011, p. 76)

De fato, os jesuítas se depararam com uma realidade inusitada; a quantidade de nações indígenas que ocupavam a costa brasílica pode ser depreendida da seguinte situação descrita por Botelho (2022):

⁶³ Pode-se dizer que “tapuia”, de origem tupi (corruptela de *tapuy-ú*: “forasteiro”; “bárbaro”; “inimigo”), é um termo que foi utilizado no início do período de colonização do Brasil para designar todos os índios “inimigos” dos tupis e que não falavam o tupi antigo.

Os tupinambás ocupavam a faixa compreendida entre Camamu e a foz do Rio São Francisco, com aproximadamente 100 mil indivíduos; a nação tupinambá era composta de várias tribos violentas e antropofágicas, que lutavam entre si. Os tupiniquins (tupinaquis ou tupinanquins) ocupavam a faixa compreendida entre Camamu (na Bahia) até o rio Cricaré (no atual Espírito Santo) e o litoral do atual estado de São Paulo entre Cananeia e Bertioga; a nação tupiniquim não era violenta. Mais para o interior, numa faixa paralela à dos tupiniquins, vivia a nação aimoré; e, no interior, vivia uma grande nação indígena do grupo linguístico macro-jê, que os tupis chamavam de tapuias (“inimigos”, “os que fugiram da aldeia”, “os que não falam a nossa língua”). (Botelho, 2012, p. 147)

Esse *status quo* fez com que os jesuítas resolvessem agir de outra forma, que não era aquela orientada pelas Constituições da Companhia de Jesus: resolveram transferir os indígenas de suas tribos para instalações em aldeamentos (para os adultos) e em missões (para os curumins). Para os missionários deveria ser mais fácil e produtor de ensinar as crianças, longe dos costumes dos adultos, aos quais receberiam outro tratamento.

Os missionários também se preocuparam em aprender as diversas línguas originárias e as usavam em suas missões catequizadoras. Essa prática, que contrariava as Constituições da Companhia de Jesus, pois proporcionava, em parte, a sobrevivência de certas línguas originárias, facilitava a missão precípua dos jesuítas: evangelização dos povos brásílicos e ensino das primeiras letras.

Os padres docentes passavam, pois, a concentrar seus esforços naquelas “casas de meninos” ou “casas de bê-á-bá”, que deram origem aos colégios jesuíticos no Brasil, como idealizava Companhia de Jesus. O Pe. Anchieta mantinha, desde então, à Companhia de Jesus informada, por meio de cartas, sobre as suas atividades docentes no Brasil, reiterando a sua satisfação em ensinar aos curumins (Cf. Santos, 2021), mas só em 1556 foi fundado o primeiro colégio, o Colégio da Bahia.

Anchieta e os demais jesuítas estavam conscientes de que para ensinar as letras às crianças e para continuar o projeto de catequese era necessário dominar a(s) língua(s) de seus alunos gentios. O primeiro padre docente a aprender a língua tupi foi Pe. Navarro e, mais tarde, o Pe. Anchieta. O Pe. Manuel da Nóbrega incentivava os estudos do tupi, que não podia aprender por ser gago. Em 1549, escreveu ao Provincial de Portugal, dizendo:

Trabalhamos de saber a língua deles, e nisto o Padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado de ir viver às aldeias, quando estivermos mais assentados e seguros e aprender com eles a língua e il-los [*sic*] doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de Nosso Senhor e não posso achar língua (intérprete) que mo saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocábulos têm. Espero de as tirar o melhor que puder com um homem (Diogo Álvares, o Caramuru), que nesta terra se criou de moço. (Pe. Nobrega, em carta de 1549, 1886, p. 76)

É fato, já no século XVI, ter-se iniciado a escrita de textos em tupi, dos mais variados gêneros. Como não havia imprensa no Brasil, alguns deles foram publicados em Portugal, como é o caso da primeira gramática da língua tupi, do Pe. José de Anchieta.

Além das traduções, o Pe. Navarro teria deixado um relato com os primeiros fundamentos para a tradução tupi-português/português-tupi, que foi a base para que, anos mais tarde, José de Anchieta compusesse a primeira gramática: *Arte de Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil*, que se tornou a fonte dos estudos dos missionários e todos aqueles que tencionavam viajar para o Brasil.

Figura 2: Capa da *Arte de Grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*, de Joseph de Anchieta e a sua página 1.



Fonte: <http://www.etnolinguistica.org/arte>.

Essa gramática, assim como todas as gramáticas que surgiram naquela época, já se apresentava no modelo latino (Cf. Kaltner, 2016) e, provavelmente, tenha sido escrita inicialmente em latim e posteriormente traduzida para o português (Cf. Fávoro, 2021). Tal hipótese se fundamenta no *status* do latim como língua de erudição, com a qual a maioria das produções intelectuais da época foi escrita, como é o caso do poema épico do próprio Anchieta, intitulado *De Gestis Mendi de Saa*⁶⁴ (“Os Feitos de Mem de Sá”), que também pode ser considerado didático, especialmente no contexto da catequese e da expansão da fé católica e na formação da nova sociedade no Brasil colonial.

⁶⁴ Esse poema, que tem 3.059 versos, é uma epopeia e a primeira obra literária da América escrita em latim no século XVI. Publicada anonimamente pelo tipógrafo régio João Álvares em Coimbra em 1563, a obra narra a história da expulsão dos franceses da baía da Guanabara, liderada por Mem de Sá, o terceiro Governador-Geral do Brasil-Colônia. Desta edição, há apenas um único exemplar, atualmente na Biblioteca Pública de Évora.

Figura 3: Capa da obra *De Gestis Mendi de Saa*, de Joseph de Anchieta



Fonte: <https://www.bing.com/images/search?q=De+Gestis+Mendi+de+Saa&form=HDRSC3&first=1>.

A criação, em 1554, do Colégio dos Meninos de Jesus de São Paulo de Piratininga, no qual o Pe. Anchieta passou a ensinar latim, colocava em evidência a ação jesuítica nas terras brasílicas, não só porque o projeto educacional era um sucesso, anunciando a abertura de novos colégios, mas sobretudo, porque o referido colégio dava origem à cidade de São Paulo e, conseqüentemente, revelava uma nova elite brasileira:

A própria menção feita ao ensino de latim dá conta do avanço no nível de ensino nessas instituições, pois a língua latina era destinada aos estudos mais avançados. (Fávero, 2021, p. 212)

A face dessa nova sociedade, que se formava com a expansão dos colégios jesuíticos, em que o latim seria preconizado, vislumbra-se na seguinte afirmação de Rocha (2005):

A pedagogia jesuítica inspirou-se na Universidade de Paris, centro de uma restauração tomista (São Tomás de Aquino 1227–1274) e, principalmente, na teoria do educador espanhol Quintiliano (40-118) [...] De forma semelhante à organização dos estudos da Universidade de Paris, a RATIO previa um currículo único para os estudos, dividindo-os em dois graus e supondo o domínio das técnicas elementares da leitura, escrita e cálculo [...]. Na adaptação dessa Pedagogia ao Brasil, estabeleceram-se quatro graus de ensino, sucessivos e propedêuticos: os cursos elementares, de humanidades, de artes e de teologia. (Rocha, 2005, p. 5)

Em 1556, o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia, erguido em 1550 para ser o Colégio da Bahia para os meninos órfãos (Cf. Leite, 1938, p. 34-6), torna-se um colégio canônico que ensinava, além de Teologia, as Humanidades latinas. Outros dois colégios, o do Rio de Janeiro, que em 1554 é transferido para Piratininga, uma vez que a maioria dos alunos era de Piratininga, e o de Pernambuco, recebiam recurso real e se caracterizavam como centros de Altos Estudos. Nesses três colé-

gios, em que o ensino em latim se destacava, funcionavam, também, as Academias de Letras Humanas, que eram cursos para o aprimoramento de docentes.

Em 1594, chegaram ao país cinco mestres de ensinar a ler e escrever; entre eles, estava o conhecido Bento Teixeira, que pouco mais tarde escreve o seu “Prosopopeia” – poema épico de 94 estrofes, publicado em 1601, inaugurando o Barroco brasileiro.

No século XVII, o Pe. Antônio Vieira transforma-se no modelo de padrão educacional da Companhia, por ter sido educado no Colégio da Bahia, no qual também atuou como docente. A obra e a vida de Vieira representam o alto nível da educação oferecida pelos pedagogos jesuítas, principalmente no que se refere ao domínio da língua portuguesa, da língua latina e do tupi, que, em forma de língua geral, era falado por todos os que habitavam no Brasil colonial.

Quanto ao uso da língua portuguesa da elite brasileira daquela nova sociedade, que já se destacava, o escritor português Ambrósio Fernandes Brandão, em seu *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618, exaltava a cidade de Olinda-PE como a “praça do mundo”. Na referida obra, se lê: “[...]; porque já vos disse que o Brasil era academia aonde se aprendia o bom falar, e isso baste por agora acerca dos brancos, [...]” (Brandão, 1618, p. 65).

No início do século XVIII, nas dependências do Colégio da Bahia foi fundada a Faculdade de Matemática. Essa Faculdade passa a compor, com mais três modalidades (Artes, Teologia e Ciências Sagradas, Aula de Fortificação e Artilharia, para a formação de engenheiros militares), além do grau de Mestre em Artes, desde 1576, o ensino superior que o Colégio da Bahia oferecia. Nessa época, os jesuítas consideravam sua instituição como uma universidade, apesar de não terem a aprovação oficial da Coroa portuguesa. Portugal temia que se edificasse um iluminismo na colônia, e Salvador já era a maior e mais desenvolvida cidade de todo o Império português, ficando atrás apenas da grande Lisboa.

Após esses longos 210 anos de luta, marcada por intemperes e sucesso, em 1759, o Marquês de Pombal, um déspota esclarecido, expulsa, por ato administrativo, os jesuítas do Brasil, que teriam sido os culpados da disputa territorial entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Desde então, “surge um hiato repentino na educação brasileira, mas as Letras Clássicas já teriam se inserido no incipiente nacionalismo brasileiro de herança iluminista e neoclássica” (Kaltner, 2009, p. 4).

4. O ensino do latim no Brasil colonial

No Brasil colonial, o desenvolvimento dos estudos em latim está ligado à história da Universidade de Coimbra, que fora reformada em 1537, e em 1548 passou a contar com o Real Colégio das Artes, onde estudou José de Anchieta na sua adolescência. Os colégios jesuíticos, fundados no Brasil colonial, adotaram o método de ensino e a organização dos estudos humanísticos daquele Colégio das Artes, que também inspiraram o *Ratio atque institutio studiorum*.

Portanto, por influência do *Ratio Studiorum*, o latim passa a ser uma das grandes ocupações do curso de Letras Humanas dos Colégios jesuíticos, em que os jovens da elite brasileira colonial seriam os beneficiados. Essa prática começou ainda no século XVI, em que o uso do latim servia como “instrumento de integração à cultura eclesiástica e acadêmica europeia ultramarina de tradição ibérica” (Kaltner (2016, p. 44). Como assevera Kaltner (2016), é nessa época que se definiam os materiais a serem adotados pelos colégios:

Entre o material didático utilizado na época, encontravam-se textos de humanistas e de autores clássicos, seguindo, dentro de suas limitações, o padrão educacional adotado em Coimbra. A estes se acrescentariam os *Cursus Collegi Conimbricensis*, editados a partir de 1591, sobre a filosofia aristotélica, que compunha o ensino de Artes, por exemplo.

Já o ensino de Humanidades inicial era composto pelo estudo das *Humaniores Litterae*, da Literatura Latina, tendo primazia o estudo de Vergílio, Cícero e Ovídio, como em Coimbra. A respeito da metodologia de ensino do Latim empregada na época do Renascimento, pode-se afirmar que uma disputa pedagógica entre *ratio* e *usus* era tópico central no ensino de Latim. (Kaltner, 2016, p. 55)

Essa educação humanista proposta pelos jesuítas, cujo ápice se deu entre o século XVII e a primeira metade do XVIII, praticamente demarcava o ensino na colônia: aos filhos dos senhores da terra, uma educação de alto nível; aos nativos, uma alfabetização básica e/ou o término de uma educação precária. Logo, a instrução que recebiam os indígenas não era do mesmo nível da que os jesuítas ofereciam aos habitantes de origem portuguesa, que compunham a elite colonial. De acordo com Paiva (2010, p. 44), a própria organização social, confirmada pelo tipo de instrução que recebiam, determinava o acesso às letras, “a uns mais, a outros menos”. Tanto que o ensino das primeiras letras, com professores particulares em domicílio, era dado somente às famílias nobres ou ricas, que podiam pagar por isso. “Não havia ainda a intenção de educar a ‘todos’, como Comenius (2002) veio a defender depois, nem um plano educativo da Coroa para os habitantes das terras brasileiras”, como afirma Paiva (2015, p. 204).

As bases do ensino do latim foram fixadas no século XVI, porém só no meado do século posterior, elas começaram a ser aprofundadas, a partir do processo de elitização por que passou a educação brasileira. Nesse século XVII, já se podiam observar o decréscimo da população indígena, o aumento do número de portugueses e de seus descendentes e o crescente número de mestiços brasileiros, além do enorme número de africanos escravizados, que não tinham direito a nada, e uma considerável quantidade de visitantes estrangeiros.

A frequência às aulas dos colégios e seminários era efetivamente a de alunos brancos, descendentes de portugueses, o que justifica a importância dada ao latim em suas salas de aula. Esse alunado já dominava a língua portuguesa, que era a sua língua materna; por isso, o ensino do vernáculo lusitano tinha um papel secundário. Era, pois, necessário instruir os jovens em latim, a língua sagrada e de erudição incontestada, cujo *status* se manteve até os meados do século XIX no país, enfraquecendo-se paulatinamente até que em 1999 foi totalmente extinto do programa de estudos

do Colégio Pedro II, em que se ministravam, até então, aulas de língua latina na 5ª série do Ensino Fundamental.

Além de se exigir a elaboração de composições escritas, liam-se autores greco-latinos, como Aristóteles e Cícero, para se formar perfeitos oradores. O sistema de ensino se valia de autores e pensadores, vinculados ao pensamento oficial da Igreja, que tinha como ícone a figura do monge dominicano Tomás de Aquino, o “Príncipe da Escolástica” (Cf. Franca, 1952). Dava-se, pois, um apuradíssimo estudo do latim a partir da leitura de autores clássicos e do ensino das normas gramaticais. Exercícios complementares, aulas de teatro, discursos e declamações, recreações lítero-musi-cais, pregações no refeitório e premiações integralizavam os trabalhos em sala de aula, uma vez que o ensino, na dimensão humanístico-tradicional, em que a inteligência é considerada produto da criação divina, deveria desenvolver-se pelos ditames da Fé. (Cf. Franca, 1852).

Os jesuítas mostraram, desde cedo, muito empenho e satisfação no ensino das primeiras letras, o que facilitava o trabalho de catequese, que não podia prescindir do ensino da leitura e da escrita. Aprenderam as línguas dos originários da terra brasileira, descreviam-na e a ensinavam nos seus colégios. Assumiram a tarefa de educar os filhos dos senhores das terras, dos colonos, dos índios e também dos escravos, procurando transformá-los em cristãos e inserindo-os numa nova sociedade brasileira.

Quanto ao ensino e o uso do latim, que se destacava como língua de uma elite intelectual, que era anunciada e preparada para aquele Brasil colonial, tiveram a sua importância no processo de colonização linguística, mas não resistiram às mudanças sócio-políticas e culturais ocorridas no país. De fato, embora os missionários jesuítas tenham empreendido grandes esforços ao longo desses dois séculos de atividade primorosa, o ótimo resultado dessa educação jesuítica não se prolongou depois que foram expulsos do país. Registrou-se um saldo com uma porcentagem por volta de 0,5% de letrados na sociedade brasileira do século XVIII (Cf. Mattos e Silva, 2011, p. 130).

Das linhas pedagógicas do método pedagógico dos Jesuítas, que foi o primeiro sistema organizado de ensino no Brasil, de inestimável importância e de mérito indiscutível, ficaram reflexos, que podem ser verificados nos parâmetros curriculares nacionais da atualidade, apesar das muitas reformas por que passou o sistema de ensino brasileiro ao longo dos anos.

5. Considerações finais

Ao longo deste artigo, descreveram-se aspectos importantes da ação pedagógica dos jesuítas no Brasil colonial, mormente com relação ao ensino das primeiras letras, que viria permitir que se efetivasse o Projeto educacional da Companhia de Jesus. Vimos que, fundamentado no *Ratio Studiorum*, cujo objetivo precípua era o de regulamentar as atividades dos missionários, o Projeto pedagógico dos jesuítas se concentrou em três idiomas principais: o português, a língua brasileira e o latim, e na

missão de catequizar os gentios. Paralelamente, dava-se uma inevitável interação entre língua e cultura e a emergência de uma sociedade luso-brasileira, que paulatinamente se desenvolvia no país.

As terras brásílicas que, originalmente eram ocupadas por inúmeras nações indígenas, tornavam-se uma colônia de Portugal, constituída para a exploração daqueles que, em nome da Coroa portuguesa, instalavam-se aqui com o objetivo de se enriquecerem. Exploravam a mão de obra escrava dos gentios e dos africanos, que eram tirados de suas terras natais e forçados a viver como escravos no Brasil quinhentista.

Assim, formava-se no país uma sociedade multicultural, predominantemente de matriz lusitana e tupinambá, com a ocupação dos extensos espaços litorâneos do território; o desconhecido interior seria explorado no final do século XVI e início do século seguinte. Dessa forma, o Brasil do século XVI apresentava sua origem como colônia ultramarina, com a ocupação do território, que se dava a duras penas! A ocupação se relacionava a dois projetos coloniais europeus distintos: um projeto de exploração da terra, com a extração do pau-brasil, com mão de obra escrava indígena, e a produção de açúcar, em engenhos de cana de açúcar, com mão de obra escrava da África, e o outro, o projeto missionário de expansão da fé cristã entre as populações indígena e do ensino das primeiras letras.

Nesse contexto, sobretudo no primeiro período, enfatizou-se, neste artigo, o esforço empreendido pelos missionários para alfabetizar a gente nativa com a língua portuguesa. Precisaram aprender, primeiramente, as línguas dos gentios e alfabetizá-los na sua própria língua. Tal ação necessária foi, sobretudo, o que motivou o Pe. Manoel de Nobrega a criar as “casas de bê-á-bá”, embrião dos colégios que os jesuítas construíram posteriormente. A língua portuguesa, naquele primeiro momento, e a língua latina nos colégios, tornaram possível o acesso à cultura portuguesa e ao mundo religioso, e, conseqüentemente, criou uma elite intelectual no momento de consolidação do projeto missionário dos jesuítas. Afinal, o ensino da língua do colonizador português aos povos brásílicos dominados fazia parte da aspiração política de colonização, o que reforçaria o poder da metrópole sobre os povos originários, que eram inúmeros e diversíssimos.

E por serem inúmeras e diversíssimas as nações indígenas já naquela parte ocidental do território, onde se instalavam os colonizadores, os primeiros missionários jesuítas se depararam com um inusitado multilinguismo, que os obrigou a aprender a(s) “língua(s) da terra”, como orientavam os Superiores da Ordem, que em suas Constituições previam a necessidade de aprendizagem das línguas locais para melhor realizar as práticas catequéticas.

Nos colégios, que em seguida foram construídos, o latim se estabelecia, e seu ensino ganhava destaque. Tanto que o Pe. José de Anchieta foi enviado para o Brasil para ministrar aulas de latim já em 1553, apenas quatro anos após a chegada dos primeiros missionários. A importância da língua latina, como elemento de transmissão da erudição e do conhecimento científico e religioso, aumentava nos colégios, que se elitizavam, porquanto o seu ensino dispunha de mais tempo que o ensino da língua portuguesa. Formava-se, assim, uma elite colonial, nos moldes da sociedade

portuguesa. Decerto, os diferentes níveis de acesso a essa cultura letrada eram definidos pelas práticas educativas daqueles religiosos.

Ao fim dessas reflexões acerca do uso do latim no Brasil dos séculos XVI-XVII, esperamos ter demonstrado que o discurso didático no ensino de diferentes disciplinas científicas é o que caracteriza a prática da língua latina no Brasil colonial. Esperamos, também, ter demonstrado a complexa dinâmica linguística e cultural da Colônia, caracterizada pela educação jesuítica, e revelado a intrincada interação entre língua e cultura na formação da sociedade luso-brasileira, que se desenvolveu no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição fac-similar. São Paulo: Loyola, 1990.

BANDELIER, A. F. (1907). Fernando de Avendaño. In: THE CATHOLIC Encyclopedia. New York: Robert Appleton Company, 2008.

BOTELHO, José Mario. Il latino in Brasile nel XVI secolo: Una prospettiva storiografica sull'insegnamento dei gesuiti nel progetto missionario durante la colonizzazione portoghese. *Lingue antiche e moderne – Rivista accademica edita dall'Associazione laureate/i in lingue e letterature straniere (ALL) dell'Università degli Studi di Udine*, no 14, Udine-It, 2025.

_____. *História externa da língua portuguesa e a formação de seu léxico*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Domínio Público, 1618. In: ABREU, Capistrano de (Ed.). Salvador: Progresso, 1956. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv_000025.pdf.

CÂMARA, JR., Joaquim Mattoso. Línguas europeias de ultramar: o português do Brasil. In: UCHÔA, C.E.F. (Org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: FGV, 1975. Edição original: 1963.

COMPANHIA DE JESUS. Ratio Studiorum. In: FRANCA, L.E. da S. *O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum"*: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1952. p. 119-230.

CONFERENCE OF MAJOR SUPERIORS OF JESUITS. *Jesuit Ratio Studiorum of 1599*. Translated by Allan P. Parrell, S.J. Washington, 1970. Disponível em: <https://archive.org/details/ratio-studiorum-1599/page/132/mode/2up>.

COSTA, C. J.; MENEZES, S. L. A educação no Brasil Colonial (1549–1759). In: Rossi, E.R.; Rodrigues, E.; Neves, F.M. (Orgs). *Fundamentos históricos da educação no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009. 166p. Disponível em: https://www.academia.edu/26506650/FUNDAMENTOS_HISTÓRICOS_DA_EDUCAÇÃO_NO_BRASIL.

FÁVERO, Leonor Lopes. 210 anos de educação jesuítica: O ensino de línguas na babel brasileira. *Confluência*, Número comemorativo dos 30 anos de fundação da revista Confluência, p. 199-232. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.447>.

_____. *A política Linguística na América Latina Colonial e as Línguas Gerais*. Apresentação de Trabalho na Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: silo.tips_a-politica-lingistica-na-america-latina-colonial-e-as-linguas-gerais.pdf.

_____. Heranças – A educação no Brasil Colônia. *Rev. ANPOLL*, n. 8, p. 87-102, jan./jun. 2000.

DIAS, José S. da S. *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1969.

FERNANDES, Gonçalo. Textos gramaticais latino-portugueses na Idade Média. In: E. Battaner, V. Calvo, P. Peña (Eds). *Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación*, 324-37. Münster: Nodus Publikationen, 2012.

FERREIRA JR, Amarílio. *História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FRANZEN, Beatriz V. Anchieta e a ação missionária dos colégios jesuíticos no Brasil – século XVI. *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548–1998)*. V.1: 221-32, Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2000.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Histórias da Educação Brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HOLANDA, Sérgio B. de. *A época colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. V. 1.

KALTNER, Leonardo Ferreira. O latim na colonização do Brasil quinhentista. *Cadernos de Letras da UFF*, Dossiê: Línguas e culturas em contato, v. 26, n. 53, p. 39-60. Niterói: UFF, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/721_95975/Latin_in_colonization_of_sixteenth_century_Brazil.

_____. O ensino de letras clássicas no Brasil: Panorama histórico e cultural. *Revista Brasil-Europa – Correspondência Euro-Brasileira* 118/4, 2009:2. Disponível em: https://revista.brasil-europa.eu/118/Letras_classicas.html.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. TOMO 1 e 2. Disponível em: <https://archive.org/details/leite-serafim-1938-historia-da-companhia-de-jesus-no-brasil-tomo-1/mode/2up>.

_____. *Novas cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. Disponível em: <https://ia903102.us.archive.org/5/items/novas-cartasjesui00leit/novascartasjesui00leit.pdf> e <https://archive.org/details/novascartasjesui00leit/page/n1/mode/2up>.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

MESQUITA, Peri. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: Formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. *Educar em Revista*, n. 48, p. 235-49, Curitiba, Brasil: UFPR, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/tsMm8XyYmbGNs5kdd38Xyrm/>.

NOBREGA, Manoel da (1517–1570). Cartas do Brasil do padre Manoel Danobrega (1549–1560). In: MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Materiaes e achêgas para a historia e geografia do Brasil*. Nº 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/8016>.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, E.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. *O método pedagógico jesuítico: uma análise do Ratio Studiorum*. Viçosa: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1981.

PAIVA, Wilson Alves. O legado dos jesuítas na Educação brasileira. *Educação em Revista*, v. 31, n. 04, p. 201-22, Belo Horizonte, Outubro-Dezembro 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/4WccmHjrYWG4fKfDj8L87Gv/?format=pdf&lang=pt>.

SANTOS, Almir Grigorio dos. As cartas de José de Anchieta e a história das ideias linguísticas. *VERBUM*, v. 10, n. 3, p. 25-41, dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/56669/38453>.

.